

Entrevista: Vanessa Mateus, presidente reeleita da Apamagis

A confiança da população no Judiciário é maior do que a avaliação dos demais poderes. Mesmo assim, a juíza [Vanessa Mateus](#) deseja que esse índice chegue ao patamar máximo. Para isso, diz acreditar em um as informações sobre o sistema de Justiça.



Neste sábado (20/11), Vanessa foi reeleita para a presidência

da Associação Paulista dos Magistrados (Apamagis). O seu [primeiro mandato](#), no biênio 2020/2021, foi o primeiro de uma mulher na história da instituição, fundada em 1953.

Em entrevista à **ConJur**, a juíza explica os impactos da crise de Covid-19 durante sua primeira gestão. Comenta, por exemplo, sobre a boa reação da magistratura à implantação do teletrabalho, inclusive com aumento da produtividade. A presidente também detalha os planos para seu próximo mandato.

Com relação à atuação da Apamagis, Vanessa conta que houve uma participação ativa nas casas legislativas. A associação teve e vem tendo contribuições em diversas propostas, como a [reforma administrativa](#), o [projeto do extrateto](#) e o [novo Código Eleitoral](#) — nesta última, defende que a quarentena imposta a juízes e promotores seria desproporcional.

A presidente reeleita também compartilha seus pensamentos positivos sobre a [PEC da Relevância](#), aprovada pelo Senado. Segundo ela, o Superior Tribunal de Justiça não pode continuar absorvendo uma "avalanche de processos" e funcionando como uma terceira instância. O filtro proposto ajudaria a garantir ao STJ a sua função de uniformização da jurisprudência.

Leia a entrevista:

ConJur — A senhora é a primeira mulher a presidir a Apamagis e agora foi reeleita. Qual a importância disso para a magistratura paulista?

Vanessa Mateus — A eleição de uma mulher para presidir a Apamagis, e ainda juíza de primeiro grau, caracterizou uma quebra de paradigma no processo eleitoral da associação. A reeleição demonstra que a magistratura paulista lidou bem com essa escolha, e a ratificou. Não nego a importância de uma mulher presidir a associação, mas reputo que hoje essa questão foi superada, e a reeleição se deve ao trabalho que foi feito.

ConJur — O mundo foi surpreendido pela crise de Covid-19 durante a sua primeira gestão. O quanto isso afetou seus planos para a entidade?

Vanessa — Fui surpreendida pela pandemia logo na minha posse, que foi cancelada em razão do isolamento social. Isso mudou completamente os planos. Mas, se por um lado me impediu de visitar o interior, como eu havia planejado desde o início, por outro, me trouxe meios tecnológicos para aproximar os colegas de todas as regiões do estado e para facilitar o contato entre os colegas da capital. Todos os nossos eventos culturais, jurídicos e comissões contaram com associados de toda a parte do estado. O trabalho no Congresso ficou suspenso por pouquíssimo tempo, tendo sido retomado desde junho de 2020.

Pessoalmente, nunca deixei de fazer o trabalho associativo que era necessário e acredito que, assim como todos os juizes paulistas, que arregaçaram as mangas para prestar a jurisdição de forma eficiente, apesar do isolamento. Aqui na Apamagis também soubemos nos reinventar e fazer todo o trabalho associativo de uma forma diferente, com o uso dos novos meios tecnológicos.

ConJur — Quais os principais planos e prioridades para o segundo mandato? Será necessário correr atrás de algum "prejuízo" por conta da pandemia?

Vanessa — Alguns projetos dessa última gestão devem ser aprimorados, como o de Incentivo ao Aperfeiçoamento Acadêmico de Magistrados, para o qual buscaremos firmar novos convênios e complementar aqueles já existentes com novas atividades.

O que não pôde ser feito e pretendemos fazer são as visitas aos colegas do interior. Embora estivéssemos perto dos juizes e os meios tecnológicos permitissem uma rápida comunicação, visitar os colegas nas suas comarcas, verificar as circunstâncias vivenciadas por juizes e juizas, seja nas cidades do interior, seja nos prédios da capital, são ações importantes.

Além disso, pretendemos promover a integração entre os magistrados, seja em eventos jurídicos ou em eventos esportivos, pois a carreira é feita dessa ligação entre seus membros. É preciso estimular o sentimento de pertencimento dos magistrados.

ConJur — Como foi a relação da magistratura paulista com o teletrabalho neste período? A modalidade é positiva para a atuação dos juízes?

Vanessa — Reagiu muito bem. Era algo muito distante da nossa realidade, mas que, muito rapidamente, permitiu que os juízes paulistas estivessem trabalhando com todos os seus processos digitais. Importante ressaltar que a grande maioria dos processos em São Paulo já tramita nesta modalidade — desde 2015, todos os processos ajuizados são exclusivamente digitais.

Em poucos dias, os juízes tinham acesso a plataformas digitais para atendimento de advogados, despachos de processos, trabalho com o cartório e realização de audiências virtuais. O excelente resultado e a rápida adaptação podem ser constatados pelo crescimento da produtividade: o número de atos processuais do primeiro trimestre de 2021 é maior que o do primeiro trimestre de 2019, quando ainda não havia pandemia, tanto em primeiro quanto em segundo grau, o que demonstra que os meios tecnológicos e o teletrabalho foram bem acolhidos pelos juízes de São Paulo.

Não se pode deixar de salientar a economia gerada com o afastamento, que foi — e é — muito relevante para o Tribunal de Justiça e para o orçamento do estado. Para os juízes, a implantação do teletrabalho é positiva, na medida em que permite uma otimização do tempo para a prestação jurisdicional.

ConJur — Após a última eleição, a senhora falava em promover uma atuação política e fortalecer o Judiciário nas casas legislativas. Houve avanço?

Vanessa — Acompanhamos todas as pautas legislativas de interesse da magistratura, como a reforma da Previdência, seja na Assembleia Legislativa de São Paulo, seja no Congresso. E estamos acompanhando a reforma administrativa, Código de Processo Penal, Lei de Improbidade. Todos os projetos de interesse da magistratura foram objeto de acompanhamento próximo. O relacionamento com ambas as casas foi feito de forma constante e intensa, e o diálogo, aberto. Naturalmente, fortalecer o Poder Judiciário demanda uma atuação constante, contínua e perene no tempo, mas acredito que tenhamos conseguido avançar nessa pauta.

ConJur — Neste biênio, a Apamagis conseguiu impedir projetos legislativos de "retaliação" ao Judiciário?

Vanessa — Demonstramos na comissão especial da reforma administrativa que o princípio da separação dos poderes deve ser respeitado. Ainda que parcialmente, também conseguimos evidenciar, no projeto do extrateto, que alguns pontos eram inconstitucionais. O diálogo, todavia, continua junto ao Senado.

Além disso, estamos tentando demonstrar que a quarentena imposta a juízes e promotores no projeto de lei do novo Código Eleitoral é desproporcional e não encontra amparo na nossa legislação. Mas a vigilância deve ser constante, pois são diversos projetos em tramitação que atingem prerrogativas da população relacionadas ao Judiciário.

ConJur — Como os magistrados são encarados pela população? Há confiança no Judiciário?

Vanessa — Fizemos uma pesquisa denominada [JusBarômetro](#), cujos resultados apontam que o índice de confiança do Judiciário é maior que a avaliação dos demais poderes. Ainda assim, não é o patamar desejado. Obviamente, gostaríamos que a população tivesse 100% de confiança no Judiciário. Então, qualquer número que fique abaixo desse índice demonstra uma necessidade de trabalho constante de aproximação com a sociedade. A população, entretanto, só confiará no Judiciário a partir do momento que o conhecer. Essa mesma pesquisa indicou que as pessoas ouvem falar sobre o Judiciário pelas redes sociais, canais de TV, e sempre em virtude de notícias relativas aos tribunais superiores. Além desses veículos apresentarem informações rápidas e menos aprofundadas, a realidade do primeiro e do segundo graus é diferente das cortes superiores e precisa ser conhecida pela população.

Tanto é assim que a mesma pesquisa realizada demonstra que o nível de confiança entre os usuários da Justiça é mais alto do que entre aqueles que nunca a utilizaram. Acreditamos no diálogo e temos ocupado os canais que nos são disponibilizados pela imprensa para tentar reverter essa imagem formada de forma superficial e equivocada.

ConJur — O que a Apamagis vem fazendo para melhorar a comunicação dos juízes com a sociedade?

Vanessa — Vem tomando uma série de medidas para melhorar a comunicação. Uma delas é a manutenção de um diálogo constante com a imprensa. Não temos nos furtado a falar sobre qualquer assunto que diga respeito ao Legislativo ou ao Judiciário.

Além disso, temos mantido conversas com as redações de veículos de imprensa para distribuição do nosso [Guia Básico para Jornalistas sobre Judiciário e Mídia](#), uma cartilha que explica de forma simples e descomplicada, entre outros assuntos, os principais termos jurídicos que permeiam as páginas dos jornais — e não raro com imprecisões.

Não bastasse, temos dado visibilidade a diversos projetos de juízes na capital e/ou no interior que visam envolver a sociedade e melhorar a comunidade de forma geral. Eles são importantes para que a população veja o tamanho e a diversidade dos juízes paulistas.

ConJur — Estudos recentes [mostram](#) que a maioria das magistradas já sofreu violência de gênero no ambiente de trabalho. Como é possível combater esse problema?

Vanessa — A violência de gênero revela uma questão estrutural na nossa sociedade e ocorre em todos os setores, público e privado, em maior ou em menor grau. O combate a essa questão decorre de vigilância constante, diálogo e formação de grupos de trabalho que reflitam sobre o tema. O Conselho Nacional de Justiça vem tratando o tema com muita atenção, editando resoluções e criando comissões para acompanhar, junto aos tribunais, o tratamento da questão de gênero.

ConJur — Qual a opinião da senhora sobre a PEC da Relevância para o STJ?

Vanessa — Não era mais possível que o STJ continuasse a absorver a avalanche de processos que lhe são remetidos diariamente. É uma corte de uniformização da jurisprudência, de zelo pela legislação federal e que estava atuando como uma terceira instância. A análise da relevância jurídica deverá trazer ao STJ a discussão das matérias verdadeiramente importantes para o país, fazendo com que a Corte Superior exerça o papel que lhe é previsto pela Constituição. Não se trata de negar acesso à Justiça, vez que todos os processos continuarão a ser apreciados em duplo grau de jurisdição, mas, sim, de levar ao Superior Tribunal de Justiça aquilo que de fato tem relevância jurídica e pertinência temática.

Date Created

21/11/2021